

A África e sua representação:

O Pan-africanismo e o Renascimento Africano

na literatura de Chimamanda Ngozi Adichie

Márcia Rohr Welter¹

Anselmo Otavio²

Resumo:

Durante muito tempo, quando se falava de África, pensava-se em um continente em que prevalecia a miséria e que estava fadado ao fracasso. Esse pensamento é fruto de uma história única desenvolvida, sobretudo, pelo ocidente que estereotipou o continente africano. A literatura, que estabelece diálogos com momentos históricos e representa sociedades, tem contribuído para desconstruir essa narrativa única, principalmente, com a relevância, cada vez maior, que autores e narrativas de origem africana alcançam. Nesse sentido, o presente trabalho analisa a interação entre os movimentos do Pan-africanismo e do Renascimento Africano, respectivamente, nas obras *Meio Sol Amarelo* e *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie. Para isso, é empregado um procedimento indutivo e a investigação bibliográfica, que apresenta pressupostos teóricos desses dois movimentos desenvolvidos em períodos distintos, o Pan-africanismo nos séculos XIX e XX e o Renascimento Africano a partir da última década do século XX até a contemporaneidade. No desenvolvimento desse percurso, percebeu-se que as obras de Adichie apresentam nuances dos dois movimentos supracitados e que a autora desconstrói o estereótipo de uma história única sobre a África ao representar a complexidade das situações vivenciadas pela população.

Palavras-chave: Renascimento africano. Pan-africanismo. *Meio Sol Amarelo*. *Americanah*. Chimamanda Ngozi Adichie.

¹ Márcia Rohr Welter é mestre e doutoranda em Processos e Manifestações Culturais, pela Universidade Feevale, com bolsa PROSUC/CAPES. Especialista em Relações Internacionais e Diplomacia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e graduada em Letras – Habilitação Português pela mesma universidade. Também é professora da rede municipal de ensino de São Sebastião do Caí – RS. E-mail: marcia_r_welter@hotmail.com.

² Anselmo Otavio é doutor e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGEEI/FCE/UFRGS, e Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - FFC/UNESP campus de Marília. Professor Adjunto de Relações Internacionais da África e do Oriente Médio, na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/UNIFESP), e pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS) e do Núcleo de Estudo dos BRICS (NE-BRICS/UFRGS). Email: otavio@unifesp.br

Africa and Its Representation

Pan-Africanism and the African Renaissance in the
literature of Chimamanda Ngozi Adichie

Abstract:

During a long time, whenever Africa was talked about, it was described as a continent in which misery prevailed and that was doomed to failure. This belief is the result of a single promoted history from, especially, the West that has stereotyped the African continent. Literature, which establishes dialogues with historical movements and represents societies, has contributed to deconstruct this single narrative, especially with the relevance, which is only increasing, that African authors and narratives have reached. In that sense, the following paper analyzes the interaction between Pan-African and African Renaissance movements in the works *Half of a Yellow Sun* and *Americanah*, respectively. To accomplish that, it is used an inductive procedure and a review of literature that presents theoretical assumptions of these two movements developed in different periods: the Pan-Africanism in the 19th and 20th centuries and the African Renaissance starting in the last decade of the 20th century and going until contemporaneity. In the development of this paper, it was noted that the works of Adichie present nuances of both aforesaid movements and that the author deconstructs the stereotype of a single history of Africa by representing the complexity of conditions faced by the population.

Keywords: African Renaissance; Pan-Africanism; *Half of a Yellow Sun*; *Americanah*; Chimamanda Ngozi Adichie.

Introdução

Na obra intitulada *O perigo de uma história única*,³ Chimamanda Ngozi Adichie expõe o risco de se concentrar a análise da história sob uma determinada perspectiva, qual seja, a ocidental. Considerada uma das principais expoentes da literatura africana contemporânea, Adichie afirma que a predominância da perspectiva discursiva ocidental traz como uma de suas consequências o risco de incorrer em simplificações e preconceitos no exame ou na compreensão de povos diferentes dos do ocidente. Em seus termos, “[é] assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Os desafios ocasionados pela história única podem ser encontrados no continente africano, pois os 55 países que compõem a África são reduzidos ao estereótipo da pobreza e, fundamentalmente, vistos como incapazes de romper com tal desafio.⁴ Se, por um lado, a história pode servir para reduzir a especificidade e complexidade dos povos africanos a percepções que supervalorizam os desafios e sobrevalorizam os êxitos de um continente, por outro, ela também pode ser usada para ressignificações e reparações. Nesse sentido, direcionar o olhar para narrativas diversas, com destaque à ótica de autores e autoras africanos, é a garantia de perceber que não existe apenas uma única narrativa.

Em certa medida, é possível indicar que essas questões referentes ao domínio de uma única versão da história e à necessidade de se questionar essa prática convergem, com dois movimentos de transformação do continente africano. O primeiro diz respeito ao Pan-Africanismo, movimento importante nos processos de independência dos países africanos ao longo da disputa Leste-Oeste. Já o segundo, e mais recente, refere-se ao Renascimento Africano que, a partir dos anos finais da década de 1990, passou a ser predominante no continente. Além de englobar o Pan-africanismo, também é marcado pelo desenvolvimento de iniciativas direcionadas à integração regional e à busca por outra inserção internacional para a África. Embora cronologicamente distantes, ambos são movimentos que trazem como característica similar a necessidade de resgatar a história do continente anterior à invasão europeia, logo, em se contrapor a história única.

A convergência encontrada na negativa sobre a história única não é o único ponto de aproximação entre Adichie e os movimentos anteriormente indicados, uma vez que sua obra,

³ Trata-se de uma adaptação da palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talk, em 2009. Atualmente, o vídeo é um dos mais acessados da plataforma com mais 18 milhões de visualizações.

⁴ Discutindo sobre estereótipo, Adichie (2019, p. 26) expõe que “o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem uma história se torne a única história”.

bem como os temas abordados, são reveladores sobre as dinâmicas existentes no continente africano. É diante dessa característica que o presente artigo possui como objetivo principal analisar a interação entre Pan-Africanismo, Renascimento Africano e as percepções apresentadas por Chimamanda Ngozi Adichie nas obras *Meio Sol Amarelo* e *Americanah*. Para tanto, o artigo será composto, além desta introdução, por três seções.

A primeira diz respeito ao Pan-Africanismo, cujo objetivo é apresentar suas principais características e correlacioná-las com a obra *Meio Sol Amarelo*, cuja narrativa se passa na década de 1960, em que os ideais do Pan-africanismo se mostravam em destaque, principalmente nos processos de independência e integração regional. A segunda parte está voltada ao Renascimento Africano, que terá suas especificidades analisadas em *Americanah*, cuja história acontece na contemporaneidade africana. Por fim, a terceira seção refere-se às considerações finais, em que se constata que o posicionamento crítico da autora sobre a Nigéria, em dois períodos históricos distintos, e a necessidade de apresentar outra perspectiva sobre a África refletem os desafios e anseios encontrados e defendidos tanto pelo Pan-Africanismo quanto pelo Renascimento Africano.

O Pan-Africanismo e os conflitos na África: a guerra civil da Nigéria sob a perspectiva de Adichie

Inicialmente desenvolvido fora do continente africano, o Pan-Africanismo pode ser compreendido a partir de três fases que representam sua gênese, seu amadurecimento e seus desafios. De modo geral, a fase de gestação desse movimento de transformação do continente africano remete ao século XIX e aos anos iniciais do século XX, quando nomes como Alexander Crummell, Edward W. Blyden, Marcus M. Garvey e Willian E. Du Bois passaram a simbolizar a luta por melhores condições para a população negra, pelo fim da escravidão, pelo término da exploração exercida pela população branca sobre a negra e dentre outros motivos que representavam a luta contra a dominação europeia (KI-ZERBO, 1999; M'BOKOLO, 2011).

Paralelamente à criação da coletânea *Future of Africa*, a importância de Crummell pode ser encontrada tanto na percepção de que o continente africano era o espaço constituído por um único povo, o negro, fator que gerava uma unidade natural, quanto na relevância conferida aos negros residentes no continente americano, que teriam destaque no processo de modernização da África. Já Blyden, além de destacar a igualdade entre africanos e afrodescendentes como característica importante para a unidade africana, ressaltava que a

abolição do tráfico de escravos e a não mais existência da dominação europeia na África seriam pontos necessários para o progresso do continente (KI-ZERBO, 1999; M'BOKOLO, 2011).

Por fim, Garvey e Du Bois, que também fizeram parte do movimento *Harlem Renaissance*,⁵ contribuíram de formas distintas na formação do Pan-Africanismo. O primeiro teve sua participação atrelada à percepção da necessidade de retorno do povo negro ao continente africano. Em seu posicionamento, isso se mostrava necessário, porque, primeiramente, considerava que não haveria espaço para a população negra nos EUA, e, em segundo, pois os negros que possuíam conhecimentos técnicos seriam fundamentais para o desenvolvimento do continente. Além de criar o periódico *The Negro World*, voltado à difusão do Pan-africanismo na África, Garvey foi responsável pela criação da *Universal Negro Improvement Association* (UNIA), direcionada ao fornecimento de conhecimento técnico, e foi colaborador na construção de frota marítima direcionada ao comércio entre negros da África e do continente americano (KI-ZERBO, 1999; M'BOKOLO, 2011).

Já Du Bois, além de lutar contra a escravidão, pela defesa da união entre africanos e pela diáspora negra, também contribuiu com o Pan-Africanismo no que tange ao incentivo de reuniões voltadas ao debate de questões africanas. Uma dessas reuniões alcançou destaque especial, trata-se da Conferência de Manchester, realizada em 1945, em que se sobressaem duas características. A primeira refere-se aos participantes, pela primeira vez desde a criação dessas conferências, o número de representantes africanos nascidos no continente era superior ao número de participantes frutos da diáspora. Já a segunda característica diz respeito aos pontos que passaram a ganhar destaque no evento, a luta contra leis racistas e discriminatórias, a abolição do trabalho forçado, o direito ao voto, a igualdade de salários e de tratamento médico, o ativismo na emancipação e na total independência das colônias existentes no continente (CHANAIWA; KODJO, 2010; CHANAIWA; ASANTE, 2010).

A conferência de Manchester, mesmo tendo sido concebida na gênese do movimento, pode ser compreendida também como um evento de transição entre esta fase inicial e de amadurecimento do Pan-africanismo. Grosso modo, a segunda fase do movimento se ancora também no âmbito teórico-cultural, na década de 1920, quando René Maran foi o primeiro negro a ser congratulado com o Goncourt pela obra *Batouala*; e nos anos 1930, quando Aimé Césaire criou o conceito de negritude, que pode ser compreendido como contraponto a imposição de padrões socioculturais advindos das potências tradicionais. Na dimensão

⁵ Nome dado ao movimento negro surgido nos Estados Unidos da América (EUA) nos anos iniciais do século XX que, dentre outras características, buscava destacar a importância da cultura afro-americana.

política, o Pan-africanismo se fortalecia pela criação e atuação da *International African Friends of Ethiopia* e da *Ethiopian Research Council* (ERC), que foram fundamentais na sensibilização da comunidade internacional acerca da invasão italiana na Etiópia (KI-ZERBO, 1999; M'BOKOLO, 2011; SANTANA BARBOSA, 2016). Vale ressaltar que no ERC apenas dois membros eram africanos, Hosea Nyabongo e Malaku Bayen, o que demonstrava uma das principais características do Pan-Africanismo, a gestação e desenvolvimento fora do continente africano (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Os processos de independência, posteriores à Conferência de Manchester, são outros exemplos do amadurecimento do Pan-Africanismo. Em Hobsbawm (1994), são visualizadas duas características que, em maior ou menor grau, foram decisivas nos movimentos de libertação nos Estados africanos. A primeira característica diz respeito à importância de grupos minoritários letrados que, embora buscassem resgatar um passado africano anterior ao imperialismo, também valorizavam a modernidade. Essa elite se valia de instrumentos de difusão, como a imprensa e campanhas de massa, e valorizava ideologias, como o liberalismo, o socialismo, o clericalismo, o secularismo e o nacionalismo, para romper com o domínio europeu.

Diretamente relacionada com a primeira, a segunda característica refere-se à assimilação e, no geral, à aceitação dos preceitos capitalistas e liberalizantes defendidos pelas potências europeias. Também era manifesta a tendência de negar tais preceitos, sendo que o socialismo era visto pelo seu caráter anti-imperialista e por apresentar estratégias diferenciadas para alcançar melhores condições de vida aos cidadãos africanos.

Embora houvesse divergência de posicionamentos, que refletia a disputa Leste-Oeste, a fase de amadurecimento do Pan-Africanismo encontrou no processo de integração e na estratégia de inserção internacional esperada para o continente dois de seus principais elementos. A integração regional foi marcada pelo debate entre o grupo de Casablanca, formado por países como Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, Gana entre outros, e o grupo Monrovia, composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Tanzânia etc. Este defendia a manutenção da soberania e da integridade territorial dos países africanos e a criação de uma espécie de confederação entre Estados. Aquele era favorável à criação dos Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do desenvolvimento econômico. Essas divergências, contudo, não distanciaram os grupos acerca da importância da integração regional e, em 1963, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA) (CHANAIWA; KODJO, 2010; CHANAIWA; ASANTE, 2010).

Símbolo da fase de amadurecimento do Pan-Africanismo, a OUA pode ter sua atuação relacionada aos âmbitos político, econômico e securitário. No que diz respeito à política, o êxito da OUA é encontrado nos processos de independência, principalmente, a partir da criação de iniciativas que visavam apoiar as independências por meio de incentivos financeiros ou de treinamento militar. Vale destacar também o apoio ao combate do regime racista existente na África do Sul (apartheid) via suporte do Congresso Nacional Africano e do Congresso Pan-Africano, então principais movimentos sul-africanos de resistência ao apartheid (CHANAIWA; KODJO, 2010).

Na esfera econômica, acabar com qualquer forma de dominação europeia no continente significava romper com a relação de desequilíbrio existente entre os países africanos e as antigas metrópoles. Para isso, buscou-se, através do *Lagos Plan Action* (LPA), de 1980, liquidar com essa dependência. Todavia, isso não foi concretizado, pois, mesmo atuando na melhoria da agricultura, na dinamização da indústria, na exploração de recursos naturais, entre outras áreas (AFRICAN UNION, 1980), o LPA foi incapaz de romper com a pobreza excessiva e as baixas taxas de crescimento econômico (FUNKE; NSOULI, 2003).

O fracasso do LPA, no entanto, não foi um evento isolado. Na esfera securitária, a OUA falhou e os desdobramentos de seus erros simbolizaram a terceira fase do Pan-Africanismo, os desafios da sua consolidação. Ao longo da Guerra Fria, a organização teve pouca atuação na prevenção e resolução de conflitos, que se tornavam constantes em todo continente. Existem três fatores que motivaram essa incapacidade: o primeiro diz respeito à própria estrutura institucional e funcional da OUA, na medida em que o seu principal órgão, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, somente podia deliberar sobre uma intervenção militar se convidado pelas partes em conflito, e, ainda assim, fazia-se necessário o consenso entre os membros (MURITHI, 2009); o segundo fator refere-se ao não pagamento das cotas de manutenção da organização por parte dos Estados-membros. Essa atitude alijou a organização de sua principal fonte de financiamento, transformando-a em uma tribuna meramente política e em uma ferramenta de representação externa do continente africano. Por fim, o terceiro fator está relacionado à existência da chamada guerra *proxy*, tipo de conflito interno com intervenção externa. Por um lado, esse tipo de contenda foi reinante na África a partir da década de 1970, por outro, o surgimento desse tipo de guerra impôs limites à atuação da OUA, uma vez que a organização não foi capaz de romper com a instabilidade gerada pela intervenção das duas principais potências daquele período, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS).

A constante intervenção externa encontrava-se atrelada à ascensão desses dois Estados no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, duas características paradoxais passaram a ser frequentes. Uma diz respeito à constituição de uma conjuntura internacional favorável aos processos de independência - tanto as potências europeias vitoriosas quanto as derrotadas não possuíam condições em manter seus impérios ultramarinos – que os EUA e URSS que defendiam, em maior ou menor intensidade, a autodeterminação dos povos (HOBSBAWM, 1994). Já a segunda característica refere-se ao enquadramento que buscava adaptar o sistema internacional aos interesses norte-americano ou soviético e acabava por englobar quaisquer processos de independência, ou mesmo conflitos como guerras civis e interestatais na disputa Leste-Oeste (KENNEDY, 1989).

Em certa medida, é possível encontrar os êxitos e desafios relacionados ao Pan-africanismo, na obra *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Ngozi Adichie, o que possibilita uma interpretação nova e ressignificada sobre o movimento, suas características e seus desdobramentos. Essa narrativa de Chimamanda conta episódios da guerra Nigéria-Biafra, ocorrida entre os anos de 1967 e 1970 e, como a própria autora afirma, sua intenção, ao conceber a história, não era retratar a verdade do conflito, mas as nuances que imaginava verdadeiras. Assim, *Meio Sol Amarelo* está dividido em quatro partes que, em movimentos de prospecção e retrospectão, representam o início dos anos 1960, em que a Nigéria era um Estado unificado, e os anos finais da mesma década, em que prevalecem a brutalidade dos conflitos que desencadearam a guerra e as mazelas e atrocidades da Guerra de Biafra.

A primeira e a terceira partes apresentam as personagens principais ao leitor - o Patrão Odenigbo, professor universitário; Ugwu, criado vindo de uma aldeia; Olanna, também professora universitária e esposa de Odenigbo; Kainene, irmã gêmea de Olanna e empresária; e Richard, inglês que decidira mudar-se para a África para trabalhar em um livro sobre artefatos de arte encontrados em escavações na Nigéria - e os desdobramentos de sua convivência. A segunda e a quarta partes narram essas personagens e seus respectivos círculos familiares em situações delicadas e até mesmo desesperadoras em eventos precedentes ao conflito e durante a guerra, como o assassinato em massa de ibos por hauçás presenciado por Olanna e a miserabilidade dos moradores de Biafra.

No início da obra, quando, apesar das diferenças de origem tribal, a Nigéria ainda era uma nação unificada, Odenigbo realiza diversas reuniões em sua residência em que comparecem professores da instituição de Nsukka para falar de literatura, se divertir, beber e debater sobre temas relevantes para o país e a África. Em um desses encontros, o Pan-africanismo é tema de discussões entre os professores, como fica expresso no trecho a seguir:

‘Nós devíamos organizar uma grande reação pan-africana ao que está acontecendo no Sul dos Estados Unidos...’, disse o professor Ezeka. O Patrão cortou-o na hora. ‘Você bem sabe que o pan-africanismo é fundamentalmente um conceito europeu’.

‘Você está tergiversando’, retrucou o professor Ezeka, balançando a cabeça com a superioridade de sempre.

‘Talvez seja uma noção européia’, disse a srta. Adebayo, ‘mas, de uma perspectiva global, somos todos uma única raça.’

‘Que perspectiva global?’, perguntou o Patrão. ‘A perspectiva global do homem branco! Será que você não percebe que nós não somos todos iguais, exceto na visão de quem é branco?’ [...].

‘Claro que nós somos todos iguais, todos temos a opressão branca em comum’, disse a srta. Adebayo, secamente. ‘O pan-africanismo é simplesmente a resposta sensata.’

‘Claro, claro, mas o que eu digo é que a única identidade autêntica para um africano é sua tribo’, disse o Patrão. ‘Eu sou nigeriano porque um branco criou a Nigéria e me deu essa identidade. Sou negro porque o branco fez o negro ser o mais diferente possível do branco. Mas eu era ibo antes que o branco aparecesse.’

O professor Ezeka bufou e balançou a cabeça, com as pernas finas cruzadas. ‘Mas você só tomou consciência de que era ibo por causa do homem branco. [...]. Você tem que entender que tribo, hoje em dia, é um produto tão colonialista quanto nação e raça’ (ADICHIE, 2008, p. 30-31).

No diálogo entre os professores, o que traz à baila o tema do Pan-africanismo é a menção aos acontecimentos nos Estados Unidos. Pela cronologia da obra, que se passa no início dos anos 1960, pode-se inferir que esses episódios sejam referentes às movimentações realizadas no país por igualdade de raça e pelo fim da segregação.

A partir dessas pautas e da luta dos negros estadunidenses, o docente Ezeka acredita que uma ação pautada nos ideais do movimento Pan-africano deveria ser organizada na África em apoio aos afrodescendentes do sul dos EUA. A realização de uma reação nos princípios do Pan-africanismo mostra-se coerente com a situação apresentada na narrativa, pois o movimento desencadeado nos EUA compartilhava de seus posicionamentos, como o combate às desigualdades entre brancos e negros e um teor contestatório da ordem da supremacia branca.

Todavia, a personagem Ezeka é interrompida por Odenigbo que lembra a origem do movimento Pan-africano, que está atrelada a pensadores que não eram da África. Nessa perspectiva apresentada pelo Patrão, que faz questão de ressaltar a origem “colonizadora” de um movimento que deveria auxiliar o continente africano a se libertar da exploração das colônias e da desigualdade racial, percebe-se que, para a personagem, apenas um movimento

concebido no continente africano e por africanos seria realmente útil para combater as desigualdades raciais e sociais entre negros e brancos.

Na sequência da fala de Odenigbo, Ezekia afirma que o colega está achando pretextos para mostrar que o Pan-africanismo não era um movimento eficaz para o combate a mazelas provenientes da colonização. E, reforçando o posicionamento de Ezekia, a professora Adebayo afirma que o Pan-africanismo é a resposta “sensata” para combater o racismo, a exploração e a desigualdade e que todos os africanos formam uma única raça.

Essa afirmação da personagem vai ao encontro das colocações de teóricos Pan-africanos como Crummell, para quem o continente africano era constituído por um único povo, o negro. Também é possível inferir que Adebayo coadune com o posicionamento do grupo Casablanca que, durante o período de discussão da integração regional, defendia a união dos Estados e a criação dos Estados Unidos da África.

Entretanto, Odenigbo discorda novamente de seus colegas de profissão e ressalta que os negros apenas são considerados como iguais entre si na perspectiva supremacista dos brancos, que não conseguem ou não querem perceber as diferenças étnicas entre a população negra. Assim, ao ressaltar as distinções entre os africanos, pode-se dizer que o posicionamento do Patrão esteja mais próximo ao do grupo de Monrovia, que defendia a integridade e soberania dos Estados e a criação de uma confederação entre as nações. Contudo, cabe ressaltar que Odenigbo também não concorda com a formação dos Estados no modo como foi realizada a partilha durante a colonização, pois se trata de um mapa cuja configuração reflete a exploração branca, a união de grupos de tradições e princípios conflitantes.

É justamente a formação de um Estado concebido pelos Ingleses, a Nigéria, e que reúne sobre um mesmo território grupos opostos, ibos e hauçás, que desencadeia um grave conflito civil. A Guerra Civil Nigeriana, ocorrida entre junho de 1967 e janeiro de 1970, é apresentada em Meio sol amarelo sem uma data específica de início ou final, o que sugere, pelas descrições de condições de vida desumanas vivenciadas pelas personagens biafrenses, tratar-se de um conflito de longa duração.

Na narrativa, a guerra é desencadeada por massacres realizados por pessoas de origem hauça contra ibos. Em um episódio, a personagem Olanna presencia a morte brutal de seus parentes em Sabon Gari; em outro, Richard, em um aeroporto, testemunha o assassinato de um funcionário por um militar hauça. Em represália, o povo ibo se reúne e autodeclara a República de Biafra, no sudoeste da Nigéria, que passa a lutar pelo reconhecimento da independência de seu território, composto por cerca de 18 milhões de habitantes e com uma

dimensão de 71 mil km², e pela sobrevivência (A VOLTA, 2017). No excerto a seguir, o leitor é apresentado ao principal adversário de Biafra, a fome.

5. O Livro: O Mundo Estava Calado Quando Nós Morremos

Ele [Richard] escreve sobre a fome. A fome foi a arma de guerra da Nigéria. A fome quebrou Biafra, trouxe fama a Biafra e fez Biafra durar o tempo que durou. A fome fez os povos do mundo repararem e provocou protestos e manifestações em Londres, Moscou e na Tchecoslováquia. A fome fez a Zâmbia, a Tanzânia, a Costa do Marfim e o Gabão reconhecerem Biafra, a fome levou a África até a campanha presidencial de Nixon, e fez os pais do mundo todo dizerem aos filhos para raspar o prato. A fome levou organizações de ajuda a fazer transportes clandestinos de comida durante a noite, uma vez que nenhum dos lados conseguia chegar a um acordo quanto às rotas. A fome ajudou a carreira de fotógrafos. E a fome fez a Cruz Vermelha Internacional chamar Biafra de sua maior emergência, desde a Segunda Guerra Mundial (ADICHIE, 2008, p. 276-277, grifos da autora).

Esses subcapítulos, nomeados “O Livro: O Mundo Estava Calado Quando Nós Morremos”, aparecem ao final de alguns capítulos e fazem alusão ao projeto literário da personagem Richard, que decide escrever sobre a guerra de Biafra e Nigéria. Geralmente, eles apresentam informações factuais sobre o conflito que parecem terem sido retiradas de algum outro lugar, por isso a presença recorrente de itálicos indicando o intertexto.

No trecho, o leitor é informado de fatos da guerra como a indiferença internacional das grandes potências, que não tomaram atitudes efetivas para auxiliar na resolução do conflito, e de que apenas quatro Estados da África reconheceram a independência de Biafra. Esse último dado, somado ao trecho que menciona o ativismo de organizações internacionais para transportar clandestinamente alimentos aos biafreses, pois os governantes não conseguiam chegar a um acordo sobre rotas, faz referência direta a questões da terceira fase do Pan-africanismo, sua “consolidação” e seus desafios.

Conforme indicada anteriormente, a OUA, não conseguiu ser efetiva na contenção e resolução de conflitos. Isso acontecia, pois ambas as partes envolvidas deveriam estar de acordo com a mediação da entidade, algo que raramente acontecia. No trecho supracitado de Meio sol amarelo, percebe-se essa característica, pois não há a menção a nenhuma mediação africana no conflito para atenuar as mazelas impostas à Biafra ou para encontrar soluções para o fim da guerra, uma vez que, para auxiliar a população biafrense, eram necessárias medidas arriscadas e escusas para tentar levar um mínimo de medicamentos e alimentos.

Na passagem que segue, é evidenciado mais um elemento que contribuiu para a incapacidade de atuação da OUA, a guerra *proxy*.

6. O Livro: O Mundo Estava Calado Quando Nós Morremos

Ele [Richard] escreve sobre o mundo, que permaneceu calado enquanto os biafrenses morriam. Argumenta que a Grã-Bretanha inspirou esse silêncio. As armas e o conselho que os britânicos deram à Nigéria formou outros países. Nos Estados Unidos, Biafra estava ‘sob a esfera de interesses britânicos’. No Canadá, o primeiro-ministro deixou escapar: ‘Onde é que fica Biafra?’. A União Soviética enviou técnicos e aviões à Nigéria, vibrando com a possibilidade de influir na África sem ofender norte-americanos e britânicos. E, de suas posições de supremacia branca, África do Sul e Rodésia olharam triunfantes para mais uma prova de que governos liderados por negros estavam fadados ao fracasso.

A China comunista denunciou o imperialismo anglo-americano-soviético, mas nada fez por Biafra. Os franceses venderam armamentos a Biafra, mas não deram o reconhecimento de que o país mais precisava. E muitos países negros da África, temendo que a independência de Biafra desencadeassem outras secessões, deram apoio à Nigéria (ADICHIE, 2008, p. 302).

Nesse excerto, fica evidente a disputa Leste-Oeste, ocorrida durante o período da Guerra Fria, e sua interferência na Guerra Civil Nigeriana. Os EUA, posicionando-se apenas ao lado da Inglaterra que forneceu armamento à Nigéria, demonstraram que o conflito não era relevante para os seus interesses, mas reforçou a presença dos ideais capitalistas na disputa. Já o lado socialista esteve presente pela URSS que enviou técnicos e aviões ao lado nigeriano. O que chama a atenção nessa situação é que ambas as partes, socialistas e capitalistas, apoiaram a Nigéria, eximindo-se de somar à guerra um conflito ideológico. Essas intervenções de britânicos, soviéticos e franceses caracterizam a guerra *proxy*, que era a participação externa em conflitos internos, o que dificultava ainda mais a resolução dos conflitos no continente africano.

Esses elementos da guerra, a ausência de mediação africana para solucionar o conflito, a interferência Leste-Oeste, são características contextuais do período inseridas na narrativa literária de Adichie. Além desses fatos históricos, também ocorre a representação de parcela da população africana, como no trecho que segue:

Olanna seguiu a irmã. O cheiro a pegou já na primeira porta. Foi direto do nariz para o estômago e revirou o cará cozido que comera no café-da-manhã. Kainene observou a irmã. ‘Você não precisa entrar.’
‘Mas eu quero’, disse Olanna, porque achava que devia. Mas não queria. Não sabia o que era aquele cheiro, mas ele ia aumentando, quase podia enxergá-lo, uma nuvem suja e marrom. Sentia-se tonta. Entraram na primeira sala de aula. Havia uma dúzia de pessoas deitadas em catres de bambu, em esteiras, no chão. Nenhuma estendia a mão para espantar as moscas gordas que pousavam. O único movimento que Olanna viu foi o de uma criança sentada na porta: ela cruzava e descruzava os braços. Seus ossos estavam claramente delineados e a pela grudada de uma forma que não seria possível se tivesse alguma carne por baixo da pele. Kainene vistoriou a sala rapidamente e virou-se para a porta. Lá fora, Olanna respirou fundo. Na segunda sala, era como se o próprio ar

estivesse se tornando sujo; Olanna sentiu vontade de tapar o nariz, para evitar que o ar fora se misturasse ao ar de dentro. Viu uma mãe sentada no chão, com dois filhos deitados do lado. Olanna não sabia dizer quantos anos eles tinham. Estavam nus: as bolas retesadas da barriga não caberiam numa camisa. As nádegas e o peito estavam caídos, eram pregas de pele enrugada. Na cabeça, chumaços de cabelo avermelhado. Os olhos de Olanna encontraram os da mãe, que olhava fixamente para ela; desviou a vista. Espantou uma mosca do rosto, pensando em como pareciam saudáveis, as moscas, como pareciam vivas, vibrantes.

‘Essa mulher está morta. Temos que removê-la daqui’, disse Kainene.

‘Não!’, deixou escapar Olanna, porque aquela mulher de olhar fixo não podia estar morta. Porém Kainene estava falando de uma outra, deitada de bruços no chão, com um bebê muito magro agarrado a suas costas. Kainene foi até ela e pegou o bebê. Saiu e gritou: ‘Padre! Padre! Mais um enterro!’, depois sentou na escada, segurando a criança. O Bebê deveria ter chorado. Kainene estava tentando forçar um comprimido de levedura, de cor cinzenta na boca da criança.

‘O que é isso?’, perguntou Olanna.

‘Tabletes de proteína. Vou lhe dar alguns para você dar a Chiamaka. Eles têm um gosto horrível. Finalmente consegui que a Cruz Vermelha me fornecesse um lote, na semana passada. Não temos o suficiente, claro, de modo que guardo só para as crianças. Mesmo que eu desse isso aos adultos, para a maior parte não faria diferença. Mas talvez faça para este bebê. Talvez’ (ADICHIE, 2008, p. 403-404).

A narrativa desses episódios da guerra, que recaem sobre a miserabilidade da população, contribuiu para reforçar o discurso único sobre o continente africano. Essa versão de uma perspectiva única, ocidental, formou a imagem estereotipada, simplificada e reduzida da África como um continente fadado ao fracasso e em que somente prevalecia a miserabilidade.

O século XXI como século africano: o Renascimento Africano e sua representação na obra de Adichie

O fim da Guerra Fria simbolizou não apenas o fim da disputa Leste-Oeste, mas também a fase de intensa difusão dos valores socioculturais estimados pelo Ocidente. Se no âmbito político a democracia passava a ser o modelo que os países deveriam adotar, no plano econômico, a vitória do capitalismo sobre o socialismo criava um cenário propício à disseminação do neoliberalismo e seus condicionantes, tais como o fim de possíveis barreiras à globalização financeira, a diminuição da participação do Estado na economia – via privatização de empresas estatais - e a valorização do livre-mercado e do livre-comércio (HARVEY, 2005; MALDONADO FILHO, 1998).

Nesse cenário de transformações, dois momentos opostos relacionados ao continente africano passaram a predominar. O primeiro, que no geral diz respeito aos anos iniciais da década de 1990, encontra-se atrelado ao predomínio da visão afro-pessimista, isto é, pela crença na incapacidade do continente africano em romper com os desafios existentes na África. Tal percepção era reforçada pelo número de guerras civis, bem como pela pobreza excessiva, fatores que levavam o continente a ser visto como marginal dentro do processo da globalização econômica (FUNKE; NSOULI, 2003). Diametralmente oposto a tal perspectiva, a partir dos anos finais dessa mesma década, o que se viu foi a mudança de percepção acerca do continente, uma vez que a África passava a ser vista como um continente em transformação, marcada por acentuada euforia com relação ao seu futuro.

No âmbito internacional, tal otimismo ganhava espaço devido à busca por matérias-primas, que fez com que países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, principalmente, China vissem um continente cujo território é possuidor de “cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo” (SARAIVA, 2008, p. 122). Paralelamente, a euforia em fortalecer laços econômicos com potências mundiais ganhava força, uma vez que a África adentrava em um ciclo marcado pelo fim do apartheid na África do Sul, pela diminuição ou o fim de regimes autoritários, pelo aumento do número de eleições democráticas, entre outros acontecimentos que simbolizavam um continente em transformação (NYANG’ORO; SHAW, 2000).

Em síntese, o interesse internacional e as transformações pelas quais o continente estava passando eram indícios de que a África entrava em um ciclo de mudanças, mais comumente apresentado como *African Renaissance* ou Renascimento Africano. Conceitualmente, é possível indicar que o Renascimento Africano possui sua gênese na primeira metade do século XX, como visto nas ideias de Pixley Ka Isaka Seme (Regeneração da África) e Nnamdi Azikiwe (África Renascente), ambos defensores da união dos povos africanos, da luta contra quaisquer formas de dominação fruto do colonialismo, do orgulho em ser africano como instrumento de contraposição à visão preconceituosa de inferioridade da raça negra, e da necessidade da África buscar a autossuficiência (ISAKA SEME, 1906; AZIKIWE, 1968). Além destes, vale destacar Cheikh Anta Diop, que considerou fundamental ao Renascimento Africano o rompimento com a imposição da língua do colonizador, que refletia o desprezo pelas línguas nativas, e que havia trazido outras consequências, como a perda de identidade, de dignidade e da autodeterminação, bem como impôs ao africano a visão de mundo defendida pelo dominador (DIOP, 1996).

Já nos anos finais da década de 1990 e ao longo do século atual, um dos principais defensores desse renascimento é Thabo Mbeki que, em discurso intitulado *The African Renaissance, South Africa and the World* proferido em 1998 na United Nations University, expõe que o continente africano se encontrava em transição e o caminho pelo qual a África seguiria deveria estar pautado tanto na valorização de um passado glorioso, quanto na interação entre desenvolvimento e democracia. Grosso modo, o discurso do então vice-presidente sul-africano deixa claro a necessidade em resgatar um passado africano marcado pelo surgimento de grandes obras arquitetônicas, de importantes civilizações, e caracterizado pela valorização da liberdade. Em certa medida, tal regresso se propõe a destacar um período anterior ao imperialismo europeu, construindo, assim, uma espécie de contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como um continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais. Nesse sentido, falar de renascimento africano significa romper com o panorama simplista e negativo difundido por séculos no ocidente sobre a África (MBEKI, 1998).

Junto ao processo de resgate do passado, outro objetivo do discurso de Mbeki é demonstrar para o mundo que o continente africano vem buscando se adaptar ao contexto internacional surgido no pós-Guerra Fria. Isso acontecia através da expansão de sistemas democráticos em diversos países e pela adoção de premissas neoliberais, tais como a redução da participação do Estado na economia e o fortalecimento do setor privado. Em outras palavras, “[...] quando falamos de uma Renascença africana, projetamos tanto o passado quanto o futuro” (MBEKI, 1998, online, tradução nossa).⁶

Em certa medida, e diferentemente do caráter contestatório presente no Pan-Africanismo, o African Renaissance se baseia na responsabilidade entre as partes. Desse modo, os países industrializados deveriam investir no continente, e os Estados africanos deveriam se adequar à “prevenção e resolução de conflitos, a boa governança, a governança democrática, os direitos humanos, a democratização e a administração responsável e transparente” (LANDSBERG, 2005, p. 746, tradução nossa).⁷

Entre as medidas adotadas, durante as duas primeiras décadas do século XXI, pelo continente africano para efetivar o Renascimento Africano, pode-se citar o *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) e a transição da OUA para União Africana (UA), iniciada na Cúpula Extraordinária da OUA, na cidade de Sirte, Líbia, em 1999. A primeira aceita a

⁶ No original: “*And as we speak of an African Renaissance, we project into both the past and the future*”.

⁷ No original: “[...] *conflict prevention and resolution, good governance, democratic governance, human rights, democratization, and accountable and transparent administration*”.

globalização, o neoliberalismo e todos os seus condicionantes, e indica a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD, 2001; FUNKE; NSOULI, 2003). Além disso, a NEPAD considera ser possível alcançar o desenvolvimento via interação entre os interesses africanos e dos países industrializados. Nesse sentido, esta iniciativa representa o rompimento com o pensamento pan-africanista encontrado na criação do *Lagos Plan of Action*, que se opunha às propostas neoliberais que passavam a se destacar no cenário internacional a partir dos anos 1980 (BUJRA, 2004).

A segunda iniciativa, conforme Landsberg (2012), apresenta duas vertentes que passaram a ser predominantes durante a Cúpula em Sirte. A primeira refere-se ao interesse da Líbia em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Nesse sentido, o governo líbio resgatava a discussão levantada durante as décadas de 1950 e de 1960 pelo grupo de Casablanca acerca da viabilidade de transformar o continente em um Estado. Já a segunda visão, conceituada pelo autor como *Pan-continentalism*, tinha como principal expoente a África do Sul. Em sua análise, o *Pan-continentalism* pode ser entendido como um “processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições e estruturas políticas, e concordam em viver por essas normas e estruturas e em harmonia uns com os outros (LANDSBERG, 2012, p. 438-439).

Grosso modo, o fim da Cúpula Extraordinária da OUA simbolizou tanto o início do processo de transformação da OUA em UA como também o predomínio do *Pan-continentalism*. Reflexo disso pode ser encontrado no *Constitutive Act of the African Union* (CAAU), documento fruto da cimeira de Lomé, Togo, ocorrida em 2000, em que pontos como a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados passaram a fazer parte da UA (LANDSBERG, 2012). Além desses pontos, vale destacar ainda a valorização da democracia, dos direitos humanos e, principalmente, o direito de intervenção por parte da UA em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade. Nos termos do Artigo IV da CAAU (2000, p. 7, tradução nossa), é garantido “(h) o direito da União de intervir num Estado-Membro nos termos de uma decisão da Assembleia em relação a circunstâncias graves, nomeadamente: crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”.⁸

⁸ No original: “(h) the right of the Union to intervene in a Member State pursuant to a decision of the Assembly in respect of grave circumstances, namely: war crimes, genocide and crimes against humanity;”.

Juntamente com a NEPAD e a UA, uma terceira iniciativa símbolo do Renascimento Africano é a “Agenda 2063 – A África que Queremos”, criada em 2015 pela UA e marcada por sete aspirações desejadas para tornar o continente africano mais integrado, próspero e pacífico. Para tais feitos, a Agenda 2063 destaca a necessidade dos países atuarem em prol de diversos pontos, em que se pode destacar o resgate e valorização da história e da diversidade cultural africana; a criação e o respeito às instituições continentais e de caráter regional (RECs); o investimento em infraestrutura (transporte rodoviário, hídrico e ferroviário, bem como em redes de internet); a modernização da agricultura; o desenvolvimento sustentável; a valorização dos direitos humanos e da democracia; o rompimento com quaisquer formas de violência e discriminação baseadas no gênero; a autossuficiência como forma de romper com a dependência externa; a integração econômica; e um maior protagonismo no cenário internacional (AFRICAN UNION, 2015).

Essas iniciativas, NEPAD, transformação da OUA em UA, Agenda 2063 - A África que queremos e a Área de Livre Comércio Africano, representam a mobilização do continente para melhorar as condições de vida da população e a efetividade do Renascimento Africano. Nuances dessas transformações da África podem ser encontradas na literatura, que rompe com os estereótipos de um continente fadado ao fracasso e expõe também os desafios da contemporaneidade para tornar efetivos os projetos que almejam construir uma África consolidada e forte.

Na obra *Americanah* de Chimamanda Adichie, encontra-se uma representação contemporânea da África, elaborada a partir do Estado da Nigéria. Na narrativa, iniciada nos anos 1990, enquanto vigorava um regime militar no país, as personagens Ifemelu e Obinze seguem caminhos distintos para dar prosseguimento a seus estudos, já que as universidades nacionais eram paralisadas por frequentes greves. Ifemelu, por um lado, muda-se para os Estados Unidos, onde se destaca no meio acadêmico e se depara com a questão racial. Obinze, por outro, impedido, após o 11 de setembro, de ingressar nos EUA para encontrar a namorada, passa um período ilegalmente na Inglaterra, de onde é deportado. Sem contato por vários anos, as duas personagens se encontram novamente na Nigéria quando Ifemelu retorna à sua pátria após as eleições de Barack Obama como presidente dos EUA.

Durante a história, além de encontrar diversas situações em que prevalecem questões raciais, o leitor se depara com a representação de uma realidade africana em transformação e com desconstruções do posicionamento afro-pessimista. Enquanto Ifemelu ainda estava nos EUA e ajuda a tia a cuidar do sobrinho Dike, uma questão referente à educação é apresentada ao leitor.

Certa vez, Ifemelu perguntou a Dike o que ele tinha feito na escola antes das férias e ele disse: ‘Círculos’. As crianças se sentavam no chão num círculo e contavam quais eram suas coisas preferidas.

Ela ficou abismada. ‘Você já sabe fazer conta de dividir?’

Dike olhou-a com estranheza. ‘Ainda estou no primeiro ano, prima.’

‘Quando eu era da sua idade, já fazia divisões simples.’

Ifemelu enfiou na cabeça que as crianças americanas não aprendiam nada na escola primária e ficou ainda mais convencida disso quando Dike lhe contou que a professora às vezes distribuía cupons de lição de casa; se você ganhasse um cupom, podia deixar de fazer a lição de casa por um dia. Círculos, cupom de lição de casa, que outra bobagem ela ia escutar? Assim, começou a ensinar matemática a Dike (ADICHIE, 2014, p. 124).

No excerto, é desconstruída uma imagem afro-pessimista do ocidente para com a África, a de que não é possível encontrar educação de qualidade no continente africano. Pela descrição do episódio, percebe-se que o ocidente e a África adotam métodos educacionais diferenciados e que se sobressai a exigência da aprendizagem africana, em que, desde muito jovens, as crianças são submetidas a uma educação rígida e comprometida em desenvolver aptidões que são consideradas necessárias para uma vida adulta capacitada.

Fora do mundo fictício, embora na década de 1990 o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU afirmasse que a África apresentava as taxas de alfabetização mais baixas, a realidade tem se modificado gradativamente. No Relatório disponibilizado em 2019, os países da África Subsaariana apresentam uma expectativa de escolaridade de 10 anos, enquanto a média de anos frequentando a escola é de 5,7. Em comparação com o início do século XXI, no Relatório de 2001, a taxa de escolarização bruta somando três níveis de ensino, primário, secundário e superior, era de apenas 42%. Especificamente sobre a Nigéria, no Relatório de 2001, somando os três níveis de ensino, primário, secundário e superior, apenas 45% da população tinha acesso a algum tipo de educação regular, ao passo que, no Relatório de 2019, a média de escolaridade do país é de 6,4 anos, 5,3 anos para as mulheres e 7,6 anos para os homens. Nota-se, portanto, a partir dos dados, um progresso em relação à educação no continente inteiro, a população não só tem mais acesso à educação como consegue frequentar por mais anos a escola, embora a disparidade entre homens e mulheres ainda seja significativa.

De volta à Nigéria, Ifemelu se depara com uma realidade muito diferente daquela da década de 1990, quando deixou o país para prosseguir com seus estudos universitários.

No início, Lagos agrediu-a; a pressa aturdida pelo sol, os ônibus amarelos repletos de corpos amassados, os ambulantes suados correndo atrás dos carros, os anúncios em cartazes gigantesco (e outros rabiscados nas paredes –

BOMBEIRO LIGUE 080177777) e as pilhas de lixo que se amontoavam à beira da estrada como uma provocação. O comércio pulsava de forma desafiadora demais. E o ar era denso de exageros, as conversas, cheias de declarações excessivas. Numa manhã, havia o cadáver de um homem na Awolowo Road. Em outra, a Ilha de Lagos inundou e os carros se tornaram barcos afundando. Ali, sentia ela, qualquer coisa podia acontecer, uma pedra sólida de repente podia se tornar um tomate maduro. Assim, Ifemelu teve a sensação estonteante de que caía, caía dentro dessa nova pessoa que se tornara, caía no estranho familiar. Será que sempre tinha sido daquele jeito ou tinha mudado tanto em sua ausência? Quando Ifemelu fora embora, só os ricos tinham celulares, todos os números começavam com 090 e as meninas queriam namorar os homens do 090. Agora, a moça que trançava seu cabelo tinha um celular, o vendedor de banana-da-terra que cuidava de uma grelha empretecida tinha celular (ADICHIE, 2014, p. 415).

Apesar de o trecho apresentar descrições que remetem à realidade afro-pessimista difundida no ocidente, da má infraestrutura das cidades africanas e da violência, ele também faz alusão a um ponto interessante da contemporaneidade, a difusão e democratização da tecnologia. O fato de trabalhadores das classes menos abastadas, como vendedores de rua, terem telefones celulares indica tanto o investimento do Estado para aumentar a rede de comunicação quanto um maior poder aquisitivo da população.

Estabelecendo uma relação com dados concretos, verifica-se a efetividade dessa transformação nos Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU. Em 2001, ano em que a tecnologia foi o tema do documento, a Nigéria não apresentava nenhum cidadão com telefone a cabo, como assinante de telemóveis ou como “anfitrião de internet”. No que diz respeito à África Subsaariana, os índices também eram irrisórios, para cada 1000 habitantes, apenas 0,6 eram anfitriões de internet (PNUD, 2001). Em 2019, os países de desenvolvimento humano baixo - em que se encontra a maior concentração de Estados africanos - têm, para cada 100 habitantes, 67 pessoas com telefone celular; 15% das famílias têm acesso à internet, mas apenas 9,7% têm computadores em casa e somente 0,8% têm assinatura de banda larga fixa (PNUD, 2019). Apesar de ainda serem números pouco expressivos quando se pensa a totalidade da população africana, mais de um bilhão de pessoas, os dados demonstram um avanço gradual e uma melhora do acesso à tecnologia. Isso, além de facilitar a comunicação e contribuir com a independência financeira, demonstra o trabalho dos governos para concretizar uma das sete aspirações da Agenda 2063, o investimento em infraestrutura.

Entretanto, se em algumas áreas os avanços são perceptíveis, em outras ainda há muito o que aprimorar. No trecho que segue, Ifemelu está discutindo, com suas colegas de trabalho na revista Zoe, as temáticas das edições e percebe-se que questões de relevância social e de gênero vêm à tona.

Precisamos cortar os perfis de entrevistadas e fazer só um por mês, com uma mulher que realmente realizou algo sozinha. Precisamos de mais colunas e devíamos introduzir uma seção de colunista convidado, além de falar mais de saúde e dinheiro, ter uma presença maior on-line e parar de usar matérias de revistas estrangeiras. A maior parte das suas leitoras não pode comprar brócolis no mercado porque não temos isso aqui na Nigéria, então por que a Zoe deste mês tem uma receita de sopa cremosa de brócolis?’ (ADICHIE, 2014, p. 423).

A partir do excerto, infere-se que a revista em que Ifemelu trabalha apresenta para as suas leitoras um conteúdo superficial e que não condiz com a realidade da maioria de suas leitoras. Também se nota a importância que Ifemelu concede a mulheres que conquistaram o seu espaço na sociedade e que conseguiram realizar seus objetivos.

Esse posicionamento reflete a necessidade de empoderamento feminino na África, continente em que ainda prevalecem grandes taxas de desigualdade de gênero. Segundo o Relatório de 2019 do PNUD, o índice de desigualdade de gênero na África subsaariana é de 0,573, o maior entre as seis regiões citadas (Estados Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe, Ásia do Sul e África Subsaariana). A região também apresenta a maior taxa de mortalidade materna; o maior índice de partos na adolescência (de 15 a 19 anos); a menor porcentagem de mulheres com uma parte do ensino secundário concluída entre as regiões, 28,8% entre os anos de 2010 e 2018; e a maior taxa de participação na força de trabalho com 15 anos ou mais, 63,5%. Como fato positivo, embora pequeno em todo o mundo, a África Subsaariana apresenta a maior porcentagem de mulheres no parlamento, 23,5% (PNUD, 2019).

A partir desses dados, nota-se a importância de difundir casos de mulheres que conquistaram independência financeira, contribuíram para a melhoria da sociedade ou que realizaram seus objetivos para que outras mulheres também se inspirem e acreditem que é possível ocupar um papel de relevância social, rompendo com uma cultura em que a parcela feminina da população não tem os mesmos direitos que a masculina. Esse posicionamento empoderador vai ao encontro de mais uma aspiração da Agenda 2063, o rompimento com formas de violência e discriminação de gênero. Na mesma linha de raciocínio, também mostra-se importante adequar o conteúdo da mídia com a realidade econômica e alimentar de leitoras africanas, deixando de importar conceitos e tendências ocidentais, que reafirmam o estereótipo de que a cultura local não dispõe de artigos suficientemente bons e adequados e de que tudo o que vem do ocidente é melhor.

Outra questão abordada na narrativa, que necessita de destaque e de avanços, é à relacionada a área da saúde. Na passagem que segue, a precariedade da área é evidenciada pela secretária da revista em que Ifemelu é editora que visita o médico e recebe medicamentos sem rótulos ou nome.

‘Remédio, senhora.’

‘Que antibiótico eles te deram?’

‘Não sei.’

‘Você não sabe o nome?’

‘Vou trazer, senhora.’

Esther voltou com pílulas em pacotes transparentes em que havia instruções, mas não nomes, escritas numa letra muito feia, em tinta azul. Tomar dois de manhã e à noite. Tomar três ao dia.

‘Devíamos escrever sobre isso, Doris. Devíamos ter uma coluna sobre saúde com informações práticas e úteis. Alguém devia informar o ministro da Saúde de que os nigerianos vão se consultar e o médico dá remédios sem nome para eles. Isso pode matar. Como alguém vai saber que remédio você já tomou ou o que não deve tomar se já estiver tomando outra coisa?’

‘Ahan-hã, mas esse problema é pequeno: eles fazem isso para você não comprar remédios de outras pessoas’, disse Zemaye. ‘E quanto aos remédios falsificados? Vá ao mercado e veja o que eles estão vendendo’ (ADICHIE, 2014, p. 448).

Pelo trecho, percebe-se que a personagem não tem acesso a atendimento médico e tratamento adequados e que as questões financeiras prevalecem sobre as de saúde, como é demonstrado pelos vendedores que, para manter a “fidelidade” do cliente, não fornecem as informações necessárias. Essa situação descrita por Chimamanda é reflexo da realidade africana, de modo geral, em relação a questões sanitárias, como evidencia o relatório intitulado *Sistemas de Saúde em África*, disponibilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2012. Segundo os entrevistados, os problemas de saúde mais frequentes entre as mulheres de 15 a 49 anos na África são malária, dores, febre, hipertensão, diabetes e perda de peso. Os respondentes da pesquisa também afirmaram que as enfermidades, quando não são medicadas pelo sistema de saúde, são tratadas por curandeiros; que o setor público de saúde não é satisfatório para mais de 60% da população, independente de região urbana ou rural; que mais de 50% das famílias precisaram de algum tipo de atendimento nos últimos 30 dias; que a maior parte dos medicamentos é comprada pela população, 77,9% na África Central, 61,9% na África Oriental e Austral e 85,3% na África Ocidental; que, na África Ocidental, 90,6% das pessoas não tem plano de saúde, na África Oriental e Austral, a porcentagem é de 86,3% e, na África Central, o número é de 39,2% sendo que 49,2% não sabe se tem plano (OMS, 2012). Na experiência e percepção dos entrevistados, as medidas de maior alcance disponibilizadas pelos governos são unidades de saúde, abastecimento de medicamentos e

outros produtos médicos e vacinação para crianças menores de cinco anos; e, para melhorar o sistema, o governo deveria, para mais de 50% dos respondentes, diminuir o custo dos serviços, em segundo lugar, construir hospitais, em terceiro, fornecer pessoal e, em quarto, fornecer medicamentos (OMS, 2012).

Contudo, não há apenas dados negativos relacionados à saúde. Conforme o Relatório de 2019, a expectativa de vida na África Subsaariana ao nascer é de 61,3 anos, enquanto, no Relatório de 2001, a esperança de vida ao nascer era de 48,8 anos. O acréscimo desses mais de 13 anos na expectativa de vida da população indica que as condições de vida melhoraram e, conseqüentemente, que o acesso a atendimento médico e a tratamentos também aumentaram.

Por fim, outra questão interessante surge na obra quando é narrado o episódio em que Ifemelu solicita a transferência de dinheiro de sua conta nos EUA para uma conta na Nigéria.

Antes de deixar os Estados Unidos, ela [Ifemelu] havia transferido um pouco de dinheiro para a Nigéria e o Bank of America a fez falar com três pessoas diferentes, cada uma dizendo que a Nigéria era um país de alto risco; se algo acontecesse com seu dinheiro, eles não se responsabilizariam. Ela entendia? A última mulher com quem Ifemelu falou a fez repetir a resposta. Senhora, sinto muito, mas não ouvi. Preciso que a senhora entenda que a Nigéria é um país de alto risco. ‘Eu entendo!’, disse ela. Eles leram advertência atrás de advertência e Ifemelu começou a temer por seu dinheiro, serpenteando pelo ar até a Nigéria, e preocupou-se ainda mais quando foi ao banco e viu as exageradas marcas da segurança na entrada. Mas o dinheiro estava a salvo em sua conta (ADICHIE, 2014, p. 459).

A partir do excerto, nota-se a desconfiança nutrida por países ocidentais em relação a transações financeiras envolvendo instituições de Estados africanos. Nesse sentido, ocorre a representação de um posicionamento estereotipado sobre as transações financeiras, que não reconhece as fragilidades de países africanos e suas origens e exagera ou deturpa a realidade. Os Estados africanos, por sua vez, para desfazer essa percepção, precisam demonstrar seriedade e apresentar um maior protagonismo internacional, o que é uma das sete aspirações da Agenda 2063. Desse modo, ao se amparar na responsabilidade mútua, que é uma das principais características do Renascimento Africano, os Estados conseguirão romper e modificar o olhar afro-pessimista direcionado às economias em ascensão na África.

Considerações finais

A partir do percurso de investigação teórica e da análise desenvolvidas, foi possível perceber que o Pan-africanismo e o Renascimento Africano são movimentos de períodos

distintos, com aspirações diferentes em alguns pontos e semelhantes em outros, que, no geral, não são excludentes, e sim convergentes. De fato, enquanto o movimento pan-africanista foi concebido fora do continente africano e apresentava um forte teor contestatório, o Renascimento Africano tem sua origem atrelada à África e se apoia em uma responsabilidade mútua entre os Estados para construir um continente forte e com melhores condições de vida para a sua população. Em comum, os dois movimentos resgatam uma história anterior ao imperialismo e desconstruem a narrativa pessimista e estereotipada de que a África está fadada a uma condição de eterna miserabilidade e fracasso.

Na literatura de Chimamanda Adichie, que combate o perigo de uma única versão da história africana, a pessimista, o Pan-africanismo e o Renascimento Africano são abordados em algumas de suas nuances. Em *Meio Sol Amarelo*, cuja história se desenvolve durante os anos de 1960 na Nigéria, o Pan-africanismo é explorado, em algumas de suas concepções teóricas, na conversa entre os professores no início da obra, e características do movimento, como a não intervenção da OUA em conflitos regionais e a guerra *proxy*, são encontradas nas descrições sobre a Guerra de Nigéria e Biafra. Na narrativa *Americanah*, que se desenrola, sobretudo, no século XXI, Adichie apresenta elementos da efetividade do Renascimento Africano, como a melhora na infraestrutura de comunicações da Nigéria, e expõe a conscientização da população e a realização de iniciativas para romper com problemas sociais, como os relacionados à saúde e à igualdade de gênero.

De modo geral, nas duas obras literárias, apesar de representarem períodos distintos, a autora concebe narrativas em que apresenta uma África que vai além da superficialidade das informações midiáticas pessimistas, e permite o estabelecimento de correlações com a história e contemporaneidade. Nesse diálogo entre a literatura, a história e o contemporâneo, nota-se que os Estados africanos reconhecem o seu passado e os seus desafios e estão transformando, gradualmente, as condições de vida da população, como demonstram os dados presentes em relatórios oficiais.

Referências

- A VOLTA dos fantasmas da guerra de Biafra, que deixou 1 milhão de mortos há 50 anos. *BBC* – *Brasil*, 15 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39919926>. Acesso em: 14 set. 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

- _____. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Meio Sol Amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AFRICAN UNION (AU). *Constitutive Act of the African Union* (CAAU). Addis Ababa: 2000. Disponível em: <<http://www.au.int/en/about/nutshell>> Acesso em: 21 jul. 2020
- _____. Continental Free Trade Area. [S.l: s.d.] Disponível em: <https://au.int/en/ti/cfta/about>. Acesso em: 07 out. 2020.
- _____. *Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa, 1980-2000*. Lagos, Nigéria, 1980. Disponível em: http://www.nepadst.org/doclibrary/pdfs/lagos_plan.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.
- _____. *Agenda 2063 – A África que queremos*. S.l: 2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.
- AZIKIWE, Nnamdi. *Renasant Africa*. United Kingdom: Taylor & Francis, 1968
- BUJRA, Abdalla. Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD). *DPMF*, [S.l], n. 13, p. 1-32, 2004.
- CHANAIWA, David; ASANTE, S.K.B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Orgs.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*, Brasília: UNESCO, 2010, p. 873-896.
- CHANAIWA, David; KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C (Orgs.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 897-924.
- DIOP, Cheikh Anta. *Towards the African Renaissance: essays in African culture & development, 1946-1963*. London: Karnak House, 1996.
- FUNKE, Norbert; NSOULI, Salah M. *The NEPAD: Opportunities and Challenges*. International Monetary Fund: IMF Working Paper, 2003. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0369.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2020
- HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Simone. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Orgs.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*, Brasília: UNESCO, 2010, p. 849-872.
- HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos (1914-1991) – o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- ISAKA SEME, Pixley Ka. *The Regeneration of Africa* – speech by Pixley Seme 5 April 1906. Disponível em <https://www.sahistory.org.za/archive/regeneration-africa-speech-pixley-seme-5-april-1906>. Acesso em 28 jan. 2022
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. vol. 2. Mem Martins: Pub. Europa-America, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/cfi/6/10!/4/2@0:0](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/cfi/6/10!/4/2@0:0>)>. Acesso em: 25 maio 2020.
- LANDSBERG, Chris. Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign. *Journal of African and Asian Studies*, v. 47, n. 4, 2012.
- _____. Toward Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. *Social Research*, v. 72, n. 3, 2005. p. 723-756. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40971788?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 06 ago. 2020.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA, 2011.
- MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta do passado? In: CARRION, Raul K.M; VISENTINI, Paulo G. Fagundes (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- MBEKI, Thabo. *The African Renaissance, South Africa and the world*. Japão: United Nations University, 1998. Disponível em: <http://archive.unu.edu/unupress/mbeki.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- MURITHI, Tim. Aid colonisation and the promise of African continental integration. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA, Yves. *Aid to Africa: Redeemer or Coloniser?* Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazuka, 2009. p. 1-12.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja, 2001. Disponível em: <https://www.un.org/esa/frica/nepadEngversion.pdf>. Acesso em 12 jun. 2020.

- NYANG'ORO, Julius E; SHAW, Timothy M. African Renaissance in the New Millennium? From Anarchy to Emerging Markets? *African Journal of Political Science*, v. 5, n. 1, 2000, p.14-28. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajps/article/view/27312>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Sistemas de Saúde em África: Percepções e Perspectivas das Comunidades*. República do Congo: Escritório Regional para a África, 2012. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/portuguese---health_systems_in_africa---2012_0.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD. *Human Development Report 1990*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano 2001*. [s.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20001.html>. Acesso em: 29 set. 2020.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 – Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. New York: s.n., 2018. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.
- SANTANA BARBOSA, Muryatan. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. *Carta Internacional*, v. 11, n. 1, 2016, p. 144-162. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/347>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 15, n. 1, 2008, p. 87-104. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2020.